



Demonstrações Contábeis

Sicoob Coopermais

1º Semestre **2022**

Cooperativa de Crédito Coopermais
Sicoob Coopermais | 31.804.966/0001-05



SICOOB

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2022 da Cooperativa de Crédito Coopermais – Sicoob Coopermais em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2022, o Sicoob Coopermais completa 34 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos atendimento personalizado no chat do app e no Whatsapp 61 4000-1111, a partir de nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado

Também disponibilizamos em nosso site www.sicoob.com.br/sicoobnet a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades do app a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

No primeiro semestre de 2022 foi implementado o "Customer Experience", conjunto de percepções e métricas para atribuir limites automáticos com base no histórico do associado junto ao Sicoob. Esta ferramenta busca melhorar a experiência e a satisfação do associado, com adequando limite de crédito disponibilizado e sem deixar de se preocupar com o risco de inadimplência.

1.1.3 Crescimento

No primeiro semestre de 2022 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 14,2 bilhões, um crescimento de 27,49% comparado com o mesmo período de 2021. Esse aumento também refletiu nos demais números do semestre, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 34,43% comparada a 2021 atingindo R\$ 8,9 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 27,56%, alcançando R\$ 9,9 bilhões do primeiro semestre de 2022.

Com relação ao resultado combinado do primeiro semestre de 2022, as cooperativas alcançaram a marca de 403 milhões em sobras brutas, esse valor resultou no expressivo crescimento de 64,12% comparado ao resultado de 2021. O total de provisão de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 65 milhões, 375% superior ao remunerado em 2021.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 338 milhões de Sobras à Liquidadas o que representa um crescimento de 45,68% quando comparado a 2021.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	48.766	42.500	14,74
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.648	12.061	71,20
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.697	6.475	(27,46)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	22.359	20.182	10,79
Receitas com Ato Não Cooperativo	8.910	9.588	(7,07)
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	38.973	31.123	25,22
Despesas Tributárias	572	996	(42,57)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	7.209	5.229	37,87
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	27.646	6.587	319,71
Juros ao Capital	6.458	1.346	379,79
Sobras brutas	43.708	28.855	51,47

Contribuíram para compor as sobras do primeiro semestre de 2022:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 10,79%, o resultado da intermediação financeira aumentou 14,74% em relação ao mesmo período de 2021

No primeiro semestre de 2022 ocorreu um aumento 319,71% na receita de Ingressos e Depósitos Intercooperativos quando comparado ao primeiro semestre de 2021.

A provisão de Juros ao Capital no primeiro semestre de 2022 está sendo 379,79% maior que no mesmo período de 2021.

Em 30/06/2022 foi atingido um total de 43.708 em Sobras Brutas um aumento de 51,47% comparado com 30/06/2021.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Varição
Ativos Totais	1.729.217	1.327.172	30,29
Centralização Financeira	555.109	451.220	23,02
Carteira de Crédito	1.113.032	825.061	34,90
Depósitos	1.077.294	896.588	20,15
Patrimônio Líquido	300.246	242.321	23,90
Patrimônio de Referência (PR)	278.077	224.665	23,77

Os destaques para o crescimento da Cooperativa do primeiro semestre de 2022:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 1.729.217 mil ao final do primeiro semestre de 2022, com crescimento de 30,29% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Em 30 de junho de 2022 o saldo da carteira de crédito superou a marca de 1 bilhão de reais, atingindo o montante R\$ 1.113.032 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 34,90% em relação a 30 de junho de 2021.

Os depósitos obtiveram um aumento de 20,15% considerando o mesmo período de 2021, atingindo no final do primeiro semestre de 2022 o montante de R\$ 1.077.294 mil.

O patrimônio líquido cresceu 23,90% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 300.246 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	30/06/2022			30/06/2021			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	140.103	21.671	161.774	96.413	2.792	99.205	62.569	63,07
Crédito Comercial	247.152	704.106	951.258	214.652	511.204	725.856	225.402	31,05
Total	387.255	725.777	1.113.032	311.065	513.996	825.061	287.971	34,90

3) Pessoas

Contávamos com 333 colaboradores no final do primeiro semestre de 2022. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 15.432 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No primeiro semestre de 2022, houve uma concentração de 83,80 % nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil – Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2022, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 83 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 42 foram classificadas procedentes, todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 14 de julho de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO		1.729.217	1.524.988
DISPONIBILIDADES	4.	11.020	10.169
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.741.567	1.552.112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	56.912	53.967
Relações Interfinanceiras		555.606	473.528
Centralização Financeira	6.	555.109	473.528
Outras Relações Interfinanceiras	7.	497	-
Operações de Crédito	8.	1.113.032	1.013.353
Outros Ativos Financeiros	9.	16.017	11.264
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(93.607)	(92.846)
(-) Operações de Crédito	8.e	(89.926)	(90.508)
(-) Outras	9.1	(3.681)	(2.338)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	567	30
OUTROS ATIVOS	11.	11.270	9.996
INVESTIMENTOS	12.	39.570	31.122
IMOBILIZADO DE USO	13.	31.523	25.902
INTANGÍVEL	13.	848	807
(-) DEPRECIações E AMORTIZAções	13.	(13.541)	(12.304)
TOTAL DO ATIVO		1.729.217	1.524.988
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.729.217	1.524.988
DEPÓSITOS	14.	1.077.294	981.633
Depósitos à Vista		410.255	410.683
Depósitos Sob Aviso		4.252	4.229
Depósitos à Prazo		662.787	566.721
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		310.840	247.306
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15.	182.290	134.127
Relações Interfinanceiras		110.858	93.273
Repases Interfinanceiros	16.	110.853	93.262
Outras Relações Interfinanceiras	17.	5	11
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.	16.904	16.904
Outros Passivos Financeiros	19.	788	3.002
PROVISões	20.	9.330	9.257
OBRIGAções FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	21.	1.422	2.183
OUTROS PASSIVOS	22.	30.085	19.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		300.246	265.395
CAPITAL SOCIAL	24.	129.460	111.370
RESERVAS DE SOBRAS		133.536	133.536
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		37.250	20.489
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.729.217	1.524.988

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	30/06/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		120.992	59.395
Operações de Crédito	8.h	90.401	52.154
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	27.646	6.587
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	2.945	654
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(65.228)	(22.369)
Operações de Captação no Mercado	14.b	(40.897)	(8.298)
Operações de Empréstimos e Repasses	29.	(3.683)	(2.010)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.i	(20.648)	(12.061)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.764	37.026
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(9.667)	(6.291)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27.	13.121	12.497
Rendas de Tarifas	28.	9.238	7.685
Dispêndios e Despesas de Pessoal	30.	(15.432)	(11.151)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	31.	(18.866)	(14.802)
Dispêndios e Despesas Tributárias	32.	(572)	(996)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.	7.519	5.646
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	34.	(4.675)	(5.170)
PROVISÕES		(34)	(162)
Provisões/Reversões para Contingências	35.1	30	(50)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	35.2	(64)	(112)
RESULTADO OPERACIONAL		46.063	30.573
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	36.	(310)	(417)
Lucros em Transações com Valores e Bens		4	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(94)	-
Ganhos de Capital		12	21
Reversão de Provisões Não Operacionais		22	28
Outras Rendas Não Operacionais		-	28
(-) Perdas de Capital		(14)	(26)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(233)	(468)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(7)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		45.753	30.156
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	22.c	(2.045)	(1.301)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DEST. E DOS JUROS AO CAPITAL		43.708	28.855
JUROS AO CAPITAL	26.	(6.458)	(1.346)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		37.250	27.509

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	43.708	28.855
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	43.708	28.855

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	102.491	(711)	95.876	436	6.201	12.289	216.582
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(159)	(159)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	2.458	(2.458)	-
Distribuição de sobras para associados	9.672	-	-	-	-	(9.672)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.237	38	-	-	-	-	1.275
Por Devolução (-)	(2.874)	-	-	-	-	-	(2.874)
Estorno de Capital	(12)	-	-	-	-	-	(12)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						28.855	28.855
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.346)	(1.346)
Saldos em 30/06/2021	110.514	(673)	95.876	436	8.659	27.509	242.321
Saldos em 31/12/2021	112.327	(957)	124.275	602	8.659	20.488	265.394
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	(233)	(233)
Distribuição de sobras para associados	20.255	-	-	-	-	(20.255)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	4.522	(3.160)	-	-	-	-	1.362
Por Devolução (-)	(3.521)	-	-	-	-	-	(3.521)
Estorno de Capital	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						43.708	43.708
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(6.458)	(6.458)
Saldos em 30/06/2022	133.577	(4.117)	124.275	602	8.659	37.250	300.246

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	45.753	30.156
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2.612)	(1.554)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20.648	12.061
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	64	112
Provisões/Reversões Não Operacionais	211	440
Provisões/Reversões para Contingências	(30)	50
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Intangível	-	8
Depreciações e Amortizações	1.387	1.010
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	65.421	42.283
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.945)	(5.040)
Relações Interfinanceiras	(497)	(476)
Operações de Crédito	(117.949)	(56.155)
Outros Ativos Financeiros	(6.370)	(1.954)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(538)	(577)
Outros Ativos	(1.486)	(2.330)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	(428)	(10.657)
Depósitos sob Aviso	23	(161)
Depósitos à Prazo	96.066	3.146
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	48.163	3.371
Relações Interfinanceiras	17.584	(3.521)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(5.713)
Outros Passivos Financeiros	(2.214)	(3.066)
Provisões	40	9
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(761)	(645)
Outros Passivos	2.369	2.861
Outras Destinações	(233)	(159)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	96.245	(38.784)
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	1.046	228
Distribuição de Sobras da Central	1.566	1.326
Aquisição de Intangível	(41)	(3)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.771)	(1.325)
Aquisição de Investimentos	(8.448)	(1.554)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(11.648)	(1.328)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.362	1.275
Devolução de Capital à Cooperados	(3.521)	(2.874)
Estorno de Capital	(6)	(12)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(2.165)	(1.611)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	82.432	(41.723)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	483.697	508.684
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	566.129	466.961
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	82.432	(41.723)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30/06/2022 | Em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO COOPERMAIS - SICOOB COOPERMAIS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **19/01/1989**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERMAIS**, sediado à **RUA HERMANN MIERTSCHINK, Nº 90, CENTRO, SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES**, possui **21** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES e SALVADOR - BA.**

O **SICOOB COOPERMAIS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14/07/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo

método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

- i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;
- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **CREDITO COOPERMAIS - SICOOB COOPERMAIS** contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2022 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	11.020	10.169
Caixa	11.009	10.168
Depósitos Bancários	11	1
Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)	555.109	473.528
Centralização financeira	555.109	473.528
Total	566.129	483.697

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	50.334	21.062
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	6.578	32.905
TOTAL	56.912	53.967

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.945	654
TOTAL	2.945	654

6. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira - Cooperativas	555.109	473.528
TOTAL	555.109	473.528

6.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	27.646	6.587
TOTAL	27.646	6.587

7. Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2022 e 31 dezembro de 2021, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes no País	497	-
TOTAL	497	-

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	816	-	816	488	-	488
Empréstimos	349.967	332.902	682.869	318.090	316.085	634.175
Títulos Descontados	23.219	-	23.219	15.128	-	15.128
Financiamentos	73.205	171.150	244.355	64.866	155.647	220.513
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	76.698	85.075	161.773	72.675	70.374	143.049
Total das Operações Crédito	523.905	589.127	1.113.032	471.247	542.106	1.013.353
(-) Provisões para Operações de Crédito	(39.637)	(50.289)	(89.926)	(37.593)	(52.915)	(90.508)
TOTAL	484.268	538.838	1.023.106	433.654	489.191	922.845

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	12.242	11	7.217	8.362	27.832	-	25.430	-
A	0,5%	Normal	91.440	2.710	47.137	44.486	185.773	(929)	235.291	(1.176)
B	1%	Normal	201.832	2.439	96.674	62.843	363.788	(3.638)	278.477	(2.785)
B	1%	Vencidas	883	20	143	5	1.051	(10)	1.019	(10)
C	3%	Normal	241.572	4.586	63.302	40.247	349.707	(10.491)	304.233	(9.127)
C	3%	Vencidas	3.139	331	1.051	24	4.545	(136)	3.652	(110)
D	10%	Normal	59.113	2.674	19.305	2.455	83.547	(8.355)	68.074	(6.807)
D	10%	Vencidas	1.576	212	943	-	2.731	(273)	2.313	(231)
E	30%	Normal	12.033	779	3.859	574	17.245	(5.174)	16.982	(5.095)
E	30%	Vencidas	4.825	320	404	-	5.549	(1.665)	3.213	(964)
F	50%	Normal	10.682	169	641	981	12.473	(6.237)	11.616	(5.808)
F	50%	Vencidas	2.687	254	752	68	3.761	(1.880)	2.247	(1.123)
G	70%	Normal	7.204	183	230	669	8.286	(5.799)	9.317	(6.522)
G	70%	Vencidas	2.824	358	1.087	416	4.685	(3.280)	2.465	(1.726)
H	100%	Normal	23.597	365	752	541	25.255	(25.255)	27.211	(27.211)
H	100%	Vencidas	14.692	1.152	858	102	16.804	(16.804)	21.813	(21.813)
Total Normal			659.715	13.916	239.117	161.158	1.073.906	(65.878)	976.631	(64.531)
Total Vencidos			30.626	2.647	5.238	615	39.126	(24.048)	36.722	(25.977)
Total Geral			690.341	16.563	244.355	161.773	1.113.032	(89.926)	1.013.353	(90.508)
Provisões			(72.945)	(2.911)	(9.666)	(4.404)	(89.926)		(90.508)	
Total Líquido			617.396	13.652	234.689	157.369	1.023.106		922.845	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	816	-	-	816
Cheque Especial/Conta garantida	15.747	-	-	15.747
Empréstimos	111.917	222.303	332.902	667.122
Títulos Descontados	21.480	1.739	-	23.219
Financiamentos	20.061	53.144	171.150	244.355
Financiamentos Rurais	28.513	48.185	85.075	161.773
TOTAL	198.534	325.371	589.127	1.113.032

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	286.179	47.169	974	334.322	26
Setor Privado - Indústria	42.044	18.242	-	60.286	6
Setor Privado - Serviços	208.096	93.556	4.923	306.575	30
Pessoa Física	161.810	85.342	140.102	387.254	35
Outros	8.775	46	15.774	24.595	3
TOTAL	706.904	244.355	161.773	1.113.032	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	90.508	72.806
Constituições	19.291	36.196
Transferência para prejuízo	(19.873)	(18.494)
TOTAL	89.926	90.508

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	33.950	3%	24.425	2%
10 Maiores Devedores	177.113	16%	138.432	12%
50 Maiores Devedores	326.581	29%	282.040	25%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	126.000	128.078
Valor das operações transferidas no período	19.873	18.494
Valor das operações recuperadas no período	(4.697)	(18.952)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(558)	(1.620)
TOTAL	140.618	126.000

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	393	285
Rendas de Empréstimos	59.208	33.236
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.273	1.531
Rendas de Financiamentos	17.917	7.697
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.906	1.549
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.032	954
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	559	365
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	1.955	12
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	461	50
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	4.697	6.475
TOTAL	90.401	52.154

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(38.781)	(30.124)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	21.093	19.107
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(3.208)	(1.711)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	248	667
TOTAL	(20.648)	(12.061)

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	5.043	-	5.043	3.193	-	3.193
Rendas a Receber (b)	7.691	-	7.691	4.996	-	4.996
Rendas Serviços arrecadação de convênios	1.138	-	1.138	984	-	984
Rendas da Centralização da Adm. Financeira	5.945	-	5.945	3.367	-	3.367
Rendas a Receber - Transações Interfinanceiras	147	-	147	173	-	173
Outras Rendas a Receber	462	-	462	472	-	472
Títulos e Créditos a Receber (c)	1.081	-	1.081	923	-	923
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	2.202	2.202	-	2.152	2.152
Pis - Deposito Judicial	-	348	348	-	342	342
Cofins - Deposito Judicial	-	1.842	1.842	-	1.809	1.809
Outros	-	12	12	-	1	1
TOTAL	13.815	2.202	16.017	9.112	2.152	11.264

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(3.681)	-	(3.681)	(2.338)	-	(2.338)
Total	(3.681)	-	(3.681)	(2.338)	-	(2.338)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	466	466	(140)	362	(109)
E	30%	Vencidas	903	903	(271)	484	(145)
F	50%	Normal	71	71	(35)	41	(20)
F	50%	Vencidas	462	462	(231)	349	(174)
G	70%	Normal	31	31	(22)	40	(28)
G	70%	Vencidas	426	426	(298)	186	(131)
H	100%	Normal	37	37	(37)	78	(78)
H	100%	Vencidas	2.647	2.647	(2.647)	1.653	(1.653)
Total Normal			605	605	(234)	521	(235)
Total Vencidos			4.438	4.438	(3.447)	2.672	(2.103)
Total Geral			5.043	5.043	(3.681)	3.193	(2.338)
Provisões			(3.681)	(3.681)		(2.338)	
Total Líquido			1.362	1.362		855	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
IRRF Sobre Comissões	2	-
Contribuição Social- Antecipações	162	-
IRPJ- Antecipações	348	-
Cofins a Compensar	-	7
Pis a Compensar	-	2
IR Retidos	2	-
IOF a Compensar	4	-
Valores a Restituir- PERDCOMP	35	7
INSS a Compensar	13	14
TOTAL	567	30

11. Outros Ativos

11.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
Diversos	4.926	2.417
Antecipação Salariais	664	257
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	74	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.872	1.016
Pagamentos a Ressarcir	478	1.038
Devedores Diversos – País	838	106
Outros Valores e Bens	2.658	4.136
Material em Estoque	439	115
Despesa Antecipada (III)	683	508
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	230	332
Software	183	84
Prêmios de Seguros	78	50
Outras Despesas Antecipadas (b)	192	42
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	1.679	3.513
Outros Imóveis	1.679	3.313
Veículos	-	200
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	(143)	-
Outros Imóveis	(143)	-
Total – Curto Prazo	7.584	6.553
11.2 Descrição – Longo Prazo		
Outros Valores e Bens	3.686	3.443
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	4.603	4.292
Outros Imóveis	4.603	4.292
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	(917)	(849)
(-) Outros Imóveis	(917)	(849)
Total – Longo Prazo	3.686	3.443
Total Geral	11.270	9.996

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos aluguéis e contribuição cooperativista, por exemplo.

12. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em **30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES (a)	28.105	20.716
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Banco Sicoob (b)	11.465	10.406
TOTAL	39.570	31.122

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2022 no valor de R\$ 1.566 mil. (No mesmo período de 2021 – R\$ 1.326 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2022 de R\$ 1.046 mil (No mesmo período de 2021 foi de R\$ 228 mil).

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	2.215	2.130	
Terrenos	81	81	
Edificações	2.723	2.723	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(1.125)	(1.073)	
Instalações	13.646	10.561	4-25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(5.054)	(4.421)	
Mobiliários	2.835	2.367	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.419)	(1.311)	
Máquinas	152	140	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(100)	(95)	
Aparelhos de Refrigeração	1.961	1.768	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(1.123)	(1.044)	
Equipamentos de Processamento de Dados	6.187	4.687	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(2.996)	(2.699)	
Alarme	75	51	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(25)	(22)	
Cabines de Segurança	203	174	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(129)	(124)	
Armas e Equipamentos	572	420	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(327)	(311)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	306	284	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(174)	(180)	
Equipamentos de Comunicação	349	298	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(187)	(174)	
Veículos	218	218	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(192)	(178)	
Software e Direito de Uso (b)	848	807	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(690)	(672)	
Total Imobilizado de Uso	31.523	25.902	
Total Intangível	848	807	
Total Depreciação/Amortização	(13.541)	(12.304)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2022 foi R\$ 1.387 mil (no primeiro semestre de 2021- R\$ 1.010 mil).

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito à Vista	410.255	410.683
Depósito Sob Aviso	4.252	4.229
Depósito à Prazo - Circulante	662.660	566.721
Depósito à Prazo - Não Circulante	127	-
TOTAL	1.077.294	981.633

(a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	14.158	1%	17.641	2%
10 Maiores Depositantes	85.240	8%	78.310	7%
50 Maiores Depositantes	196.059	18%	179.992	16%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(224)	(54)
Despesas de Depósitos a Prazo	(32.075)	(6.721)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.463)	(675)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(2.260)	(124)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(875)	(724)
TOTAL	(40.897)	(8.298)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	44.332	90.351	134.683	25.936	53.444	79.380
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	14.534	33.073	47.607	54.747	-	54.747
TOTAL	58.866	123.424	182.290	80.683	53.444	134.127

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e

créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

16. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	8.175	8.780	16.955	12.683	2.376	15.059
Recursos do Banco Sicoob	37.057	50.623	87.660	39.707	29.417	69.124
Recursos Banco Sicoob – Capital de Giro Livre	-	6.218	6.218	-	9.079	9.079
Total	45.232	65.621	110.853	52.390	40.872	93.262

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

17. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes no País	5	11
TOTAL	5	11

18. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	30/06/2022			31/12/2021
	Circulante Até 1 ano	Não Circulante acima de 1 ano	Total	
Cooperativa Central - Rotativo	16.904	-	16.904	16.904
TOTAL	16.904	-	16.904	16.904

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo por sua ordem.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Relações Interdependências	251	2.416
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	128	30
Ordens de Pagamento (b)	-	2.287
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	123	99
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	437	356
Operações de Crédito - IOF	405	341
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12	11
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	20	4
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	100	230
TOTAL	788	3.002

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

20. Provisões

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	5.035	2.054	7.089	4.445	2.580	7.025
Provisão Para Contingências (b)	-	2.241	2.241	-	2.232	2.232
TOTAL	5.035	4.295	9.330	4.445	4.812	9.257

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2022**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 128.853 mil (R\$ 119.658 mil em **31/12/2021**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS	348	342
COFINS	1.842	1.809
Outras Contingências	51	81
Total	2.241	2.232

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

21. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	72	859
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	147	171
Imposto e contribuições s/ salários	854	878
IRRF sobre Aplicações Financeiras	275	159
IRRF sobre Juros ao Capital	-	38
Outros	74	78
TOTAL	1.422	2.183

22. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.679	2.498
Sociais e Estatutárias	13.750	9.227
Provisão de Juros ao Capital (b)	6.458	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	1.459	2.687
Resultado de Atos com Associados (d)	1.170	2.582
Gratificações e Participações a Pagar	622	445
Cotas de Capital a Pagar (e)	4.041	3.513

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	5.184	3.719
Despesa de Pessoal	3.136	1.984
Aluguéis	153	153
Custódia de Valores e Bens	36	23
Comunicações	1	18
Promoções e Relações Públicas	2	134
Segurança e Vigilância	143	-
Transporte	118	86
Seguro	20	9
Plano de Saúde	14	11
Compensado	75	74
Seguros a Recolher	9	7
Seguros Prestamista	812	636
Provisão de cartões a Pagar	290	262
Custos de Transações Interfinanceiras	136	159
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	92	92
Outras Despesas Administrativas	147	71
Credores Diversos – País (g)	9.472	3.770
Pagamento a Processar	203	351
Cooperativa Central	268	344
Valores a Pagar Arrecadação	27	45
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	33	43
Taxa de Gravames a Repassar	7	8
Transitória Fatura Sicoobcard	27	51
Cheques Depositados	411	285
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	7.557	1.276
Outros Credores Diversos	939	1.367
TOTAL	30.085	19.124

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2022 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.045 mil no primeiro semestre de 2022 (R\$ 1.301 mil no 1º Sem/2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

23. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB COOPERMAIS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

24. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	129.460	111.370
Associados	88.681	79.505

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ 6.201 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **14/04/2021**, foi deliberado o aumento no montante de R\$ 2.458 mil com as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** também com o prazo de utilização até a AGO de 2023.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **19/04/2022**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 20.255 destinados para aumento do capital social.

25. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	30/06/2022			30/06/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	176.201	167.291	8.910	107.277	97.689	9.588
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(105.826)	(104.530)	(1.296)	(50.383)	(48.629)	(1.754)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(32.815)	(31.155)	(1.660)	(28.968)	(26.378)	(2.590)
Resultado Operacional	37.560	31.606	5.954	27.926	22.682	5.244
Outras Receitas	38	-	38	77	-	77
Outras Despesas	(348)	-	(348)	(494)	-	(494)
Outras Receitas e Despesas	(310)	-	(310)	(417)	-	(417)
Resultado do Período	37.250	31.606	5.644	27.509	22.682	4.827

26. Provisão de Juros ao Capital

No primeiro semestre de 2022 a Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 6.458 mil (R\$ 1.346 mil no primeiro semestre de 2021), visando remunerar capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Cobrança	2.843	2.806
Rendas Transações Intercredis	354	354
Rendas de Cartões	1.516	1.424
Rendas de Convênios	534	462
Rendas de Serviços – Comissões	1.828	1.640
Rendas de Tarifas	1.813	874
Comissão com Venda de Consórcios	1.230	1.656
Comissão com Venda de Seguros	2.699	2.603
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	161	638
Outras Rendas de Prestação de Serviços	143	40
TOTAL	13.121	12.497

28. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.614	2.212
Rendas de Serviços Prioritários - PF	369	468
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	4	1
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	6.251	5.004
TOTAL	9.238	7.685

29. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao final do primeiro semestre de 2022 e mesmo período de 2021 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Empréstimos Rotativo¹	(893)	(290)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(893)	(213)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	-	(77)
Despesas de Repasses Interfinanceiros²	(2.790)	(1.720)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(462)	(145)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(2.328)	(1.575)
Total	(3.683)	(2.010)

¹Empréstimos demonstrados na nota 18. ²Repasses demonstrados na nota 16.

30. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(996)	(828)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.423)	(1.585)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.944)	(2.257)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.579)	(6.127)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2)	(14)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(488)	(340)
TOTAL	(15.432)	(11.151)

31. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(494)	(319)
Despesas de Aluguéis	(1.716)	(1.299)
Despesas de Comunicações	(414)	(381)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(170)	(200)
Despesas de Material	(318)	(242)
Despesas de Processamento de Dados	(2.618)	(2.394)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(734)	(281)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(471)	(135)
Despesas de Publicações	(15)	(11)
Despesas de Seguros	(34)	(36)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.789)	(3.336)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.021)	(735)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.053)	(851)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.223)	(954)
Despesas de Transporte	(781)	(526)
Despesas de Viagem no País	(239)	(34)
Despesas de Amortização	(19)	(8)
Despesas de Depreciação	(1.368)	(1.002)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2190)	(165)
Contribuição a OCE	(21)	(19)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(1.229)	(1.314)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(448)	(348)
Outras Despesas Administrativas	(491)	(212)
TOTAL	(18.866)	(14.802)

32. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesa com Impostos e Taxas	(57)	(53)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(430)	(439)
Despesa Contribuição ao Cofins	-	(382)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(85)	(122)
TOTAL	(572)	(996)

33. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	958	972
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.633	1.847
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	425	273
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	413	524
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	102	221
Dividendos Recebidos do Banco Sicoob	1.046	228
Rendas de Repasse Delcredere	372	232
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	1.566	1.326
Outras Rendas Operacionais	4	23
TOTAL	7.519	5.646

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

34. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Descontos Concedidos	(890)	(905)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(883)	(662)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(288)	(254)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(1.912)	(1.577)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(406)	(111)
Perdas Fraudes Externas	(172)	(1.504)
Outras Despesas Operacionais	(124)	(157)
TOTAL	(4.675)	(5.170)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

35. Despesas com Provisões**35.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Passivos Contingentes	(5)	(61)
Reversão de Provisão para Contingências	35	11
TOTAL	30	(50)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

35.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(4.018)	(2.380)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	3.954	2.268
TOTAL	(64)	(112)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

36. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	4	-
Ganhos de Capital	12	21
Reversão de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	22	28
Outras Rendas não Operacionais	-	28
(-) Prejuízos em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(94)	-
(-) Perdas de Capital	(14)	(26)
(-) Provisões de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(233)	(468)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(7)	-
Resultado Líquido	(310)	(417)

37. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no primeiro semestre de 2022.

38. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme a Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2022**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	5.362	0,70%	31
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	325	0,04%	1
TOTAL	5.687	0,74%	32
Montante das Operações Passivas	1.374	0,21%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2022**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	12	-	0,13%
Financiamentos Rurais	325	10	0,20%
Empréstimos	8.325	105	1,25%
Financiamentos	1.150	34	0,47%
Direitos Creditórios Descontados	773	5	3,33%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.351	0,58%	-
Depósitos a Prazo	2.459	0,37%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.117	0,83%	91% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/ Conselho Fiscal/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,79% a 6,97% a.m	2,79% a 6,97% a.m
Conta garantida	2,39% a 5,97% a.m	2,39% a 5,97% a.m
Desconto de Recebíveis	1,38% a 4,71% a.m	1,38% a 4,71% a.m
Empréstimos Prefixados	1,21% a 4,83% a.a	1,21% a 4,83% a.a
Empréstimos Pós-Fixado	0,30% a 2,65% a.a + CDI	0,30% a 2,65% a.a + CDI
Crédito Rural – LCA prefixado	15,60% a 24,90% a.a	15,60% a 24,90% a.a
Crédito Rural – RPL pós-fixado	3,00% a 12% a.a + CDI	3,00% a 12% a.a + CDI
Crédito Rural - Repasses	5,00% a 12,50% a.a + CDI	5,00% a 12,50% a.a + CDI
Aplicações Financeiras	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações Financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	21
Crédito Rural	5.147
Direitos Creditórios Descontados	777
Empréstimos	11.112
Financiamentos	2.350

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2022	31/12/2021
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	891	991

f) No primeiro semestre de 2022 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	30/06/2022
Honorários e Cédula de Presença	809
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	29

39. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPERMAIS - SICOOB COOPERMAIS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem à **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **SICOOB COOPERMAIS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	589.389	497.943
Centralização Financeira	555.109	473.528
Outros Ativos Financeiros	5.945	3.367
Outros Valores e Bens	230	332
Investimentos	28.105	20.716
Passivo	34.127	32.307
Relações Interfinanceiras	16.955	15.059
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.904	16.904
Outros Passivos	268	344

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Receita	29.212	7.913
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	27.646	6.587
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.566	1.326
Despesa	4.496	3.249
Operações de Empréstimos e Repasses	1.355	358
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	1.229	1.314
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	1.912	1.577

40. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

40.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

40.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

40.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

40.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

40.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

41. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

42. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência	278.077	224.665
Margem de Compatibilização	137.944	127.977
Índice da Basileia	23,81%	24,40%
Margem de Imobilização	120.365	101.375

43. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2022 R\$ 136 mil (30/06/2021 – R\$ 111 mil).

44. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.190	2.190	2.151	2.151
Outros	51	12	81	1
TOTAL	2.241	2.202	2.232	2.152

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERMAIS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 96 mil.

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de julho de 2022.

Rodrigo Calheiros de Oliveira
Diretor Executivo
CPF: 007.928.797-24

Jaqueline Timm Domingos
Diretora Operacional
CPF: 947.282.087-53

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79